

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e também todos que nos acompanham nesta quinta-feira pela manhã, nesta sessão.

Quero, no dia de hoje, trazer esse grande embate que o Brasil está vivendo, do papel do estado, do papel que os governos representam, fazem ou deixam de fazer, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Quero, com muita alegria, falar sobre essa história bonita que estamos vivenciando no nosso país, onde o povo nessa história mais recente,

pós-período ditatorial, pós-ditadura, se mobiliza, se organiza e busca seus direitos, busca democratizar o país, com isso melhorando sua condição de vida, de trabalho, de saúde e de educação.

Nós tivemos momentos importantes da luta do povo brasileiro, como a dos trabalhadores na luta da Constituição de 88, no auge da luta pela democracia, das mobilizações por direitos neste país. E viemos construindo essa história, com a luta pelo *impeachment* de Collor, o movimento das Diretas e tantos outros momentos históricos que contribuíram para que este país chegasse aonde chegou. Podemos citar a eleição do metalúrgico, do trabalhador Lula para presidente da República, e a eleição da grande mulher Dilma Rousseff como presidente da República. Esses momentos vêm transformando este país nas mais diversas áreas, principalmente da marca histórica do Partido dos Trabalhadores que sempre primou muito pelas políticas sociais e pelo direito da população ao trabalho, à renda e a uma qualidade de vida mais digna.

Neste período, principalmente, houve avanços. O presidente Lula foi avançando na educação, na saúde, nos investimentos, no direito dos agricultores familiares em especial. E nestes últimos anos a presidente Dilma encarou grandes desafios. Um deles foi mexer com o grande sistema financeiro deste país, inclusive de fora do Brasil e que está aqui, mexer com o setor energético. E, depois de mais de 20 anos, já tendo pagado por inúmeras vezes os investimentos que fez lá na origem para produzir energia, continuava-se cobrando isso em cima do preço, do custo da energia para a população brasileira. Assim, a presidente criou esse novo marco regulatório energético no país.

Não tem jeito, precisamos avançar mais, e por essas iniciativas de aumentar o salário bem acima da inflação, o salário mínimo. E é importante recuperar aqui que no início dos anos 2000 o salário mínimo era de 68 dólares, o equivalente e

R\$ 150,00. Imagine um trabalhador, um aposentado viver com isso.

A luta do Paulo Paim e do próprio presidente Lula era chegar a 100 dólares. E hoje o salário mínimo já passa de 300 dólares. Mais de 20 milhões de trabalhadores conseguiram trabalho e conseguiram uma renda maior. Quando se melhora a renda da população, ocorre um conjunto de impactos. O trabalhador já pode comprar um carro. E isso causa impactos. Tanto que um dos motivos de a população brasileira ir para as ruas é o problema da mobilidade urbana.

O país vem avançando. Vai ter a Copa do Mundo no ano que vem. Vamos ter as Olimpíadas. O Brasil entra no cenário mundial com outra visão. O país contribui, elege o diretor da OMC, elege um diretor da ONU, cumpre o seu papel e assume o seu espaço de país do tamanho do Brasil e do papel que exerce no mundo com muita firmeza.

Então, entramos, neste próximo período, com grandes perspectivas. E o que nos entristece, revolta-nos, é que setores da sociedade brasileira, também representados pela grande mídia, querem trazer presente para a sociedade, impor na cabeça do povo brasileiro, o problema da inflação.

Há poucos dias ouvimos: O Brasil está explodindo de inflação! Mas está tudo normal, normal.

Os dados do IBGE mostram que neste país está crescendo a renda, melhorando a longevidade, melhorando a vida do povo. É de assustar quando se assiste nos grandes meios de comunicação o que estão querendo impor ao povo brasileiro. É um absurdo, deputada Angela Albino, o que vimos neste país, porque queremos construir um país democrata.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Quero parabenizar a sua fala.

Hoje os jornais noticiam que a inflação do mês de junho é a menor dos últimos três anos. E há um

sentimento de que a inflação está fora de controle, que o governo perdeu o controle.

Então, quero dar os parabéns a v.exa. por repor a verdade, porque os números demonstram.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Isso nos deixa cada vez mais preocupado, porque de fato tem muita gente não querendo a democracia brasileira, fazendo esse tipo de afirmação, iludindo o povo, de que o grande problema do Brasil está sendo a inflação, mas estamos percebendo que a inflação está sob controle. Estamos com o menor índice de inflação da história deste país. Existem problemas sazonais, como aconteceu com a história do tomate que até virou piada. É verdade, temos problemas como o da carne, em certo período, do tomate, do arroz, do feijão, mas são situações de zoneamento de produção agrícola, inclusive do Brasil.

Felizmente, também temos grandes notícias. Parece que em Santa Catarina o problema está sendo a BR-101. Como se esse problema fosse de agora, a questão dos indígenas, das licenças ambientais, problemas históricos no país.

Eu viajei para o sul e vi que a BR-101 está prestes a ser concluída. Estamos com a licitação da BR-280 concluída. Temos também a notícia da licitação da BR-470. Então, estamos em pleno desenvolvimento neste país. Temos gargalo, temos, mas vamos enfrentá-lo.

Com certeza este vai ser o grande debate em 2014: Para aonde vai este Brasil com o atraso que estava.

Ouvimos o chamado do Gigante adormecido que agora começava a se mover. Por fim, na última semana, tivemos a entrega de máquinas em Florianópolis, Tubarão, Lages, Rio do Sul e no oeste catarinense. Inclusive, vi algumas críticas de alguns parlamentares sobre essas máquinas. Mas nós que andamos por esses municípios sabemos o quanto é importante para uma prefeitura, principalmente para atender aos nossos agricultores no interior.

Muitos prefeitos comentaram que não precisavam dessas máquinas. Mas ando pelo interior desses municípios, bastante, e os agricultores e as

comunidades continuam abandonados. É preciso melhorar as estradas. E está certa a estratégia do governo em investir no interior deste país, porque os agricultores merecem ter estradas de qualidade.

No futuro, podemos fazer uma consulta aos municípios para construir um programa, quem sabe definir duas, três grandes áreas, mas neste momento foi identificado pelos prefeitos e movimentos sociais de todas as áreas do interior do país que um dos gargalos dos nossos pequenos municípios, em todas as regiões, é justamente maquinário para atender às estradas brasileiras dos interiores, que são muito grandes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, apenas para registrar que, ontem, tivemos aqui um grupo de lideranças do município de Camboriú, mais precisamente do distrito de Monte Alegre, pró-emancipação daquele distrito. E nós somos favoráveis, porque temos visto que os novos municípios quando chegam a essa condição tem tido um grande crescimento.

Também registro a presença, nesta Casa, da prefeita Ivone Mazutti de Geroni, de Calmon, do prefeito Rudimar Francisco Guht, de Tigrinhos, e do prefeito de São Miguel da Boa Vista, Gilnei Antônio Guth.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Ocupo esta tribuna no dia de hoje para me solidarizar com o amigo, companheiro, Wigold Bertoldo Schaeffer e sua esposa Miriam, que moram na cidade de Atalanta. O Wigold foi o primeiro

presidente da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi, uma entidade reconhecida nacionalmente pelo seu papel, trabalho.

É um casal de exímios fotógrafos, a ponto de terem registros sobre a fauna e flora catarinense, do pinus; trabalharam grande tempo no ministério do Meio Ambiente, em Brasília, junto ao nosso governo Lula, quando a ministra era Marina Silva. E nesse final de semana, ele que hoje reside em Atalanta, no seu sítio, foi frontalmente agredido por um caçador.

Solicito à assessoria que exiba as fotografias.

(Procede-se à exibição das fotografias.)

Ele saiu, de manhã, junto com sua esposa Miriam, para fazer registros fotográficos em sua propriedade e se deparou com um caçador, inclusive com roupa de soldado. Ele apontou a arma. E a Miriam, como estava com a máquina fotográfica, fez os registros da briga, quando ele estava no chão se defendendo.

O caçador, Odair Gembro, de 27 anos, pegou a máquina e a quebrou na cabeça dele. Isso mostra o nível de agressão, numa questão puramente ambiental, dentro de sua propriedade. E ao vermos esse tipo de cena, a dificuldade que é para se cuidar das questões ambientais de desmatamento e da caça, das armas que deliberadamente estão por aí, nós aqui, em nome da bancada do PT, minha líder deputada Ana Paula Lima, queremos expressar a nossa solidariedade ao Wigold, dizendo que essa luta vale a pena, porque este país haverá de ter um dia os seus cuidados ambientais com a devida segurança.

Foi chamada a Polícia Ambiental. E o seu representante disse que hoje não tem estrutura suficiente para acompanhar essa questão da caça. Como diz a Mirian Prochnow, eles viveram 20 minutos de terror, porque durante 20 minutos ficaram com armas apontadas para eles. E como já tinha sido chamada a Polícia, o caçador saiu de costas, apontando a arma para eles.

Esse Odair é uma figura conhecida na cidade, que aparece para caçar, mas nada se faz.

Essas fotografias estão nas redes sociais. Isso mostra o quanto temos que fazer nesse país, com relação a essas questões.

Portanto, a nossa solidariedade ao companheiro Wigold Bertoldo Schaeffer e à Miriam.

Vimos, nesta semana, neste país, nos principais jornais, inclusive internacionais, que um garoto de 13 anos assassinou o pai, a mãe, a tia e a avó. E depois foi para a escola. Na volta da escola, suicidou-se. Isso mostra claramente deturpações dessa criança que nasceu convivendo com armas em casa, manuseando armas com os pais.

Como disseram alguns psiquiatras, ele teve uma espécie de surto psicótico. Queria ser um serial killer.

Então, temos que ver tranquilamente, de forma muito madura e responsável, a questão das armas, a questão da caça e da preservação do meio ambiente neste estado.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Jailson Lima, peço o apoio de v.exa., porque estamos fazendo uma indicação ao governador do estado, ao secretário de Desenvolvimento Sustentável, ao Ibama, ao Instituto Chico Mendes e à Fatma, para que adotem medidas urgentes no sentido de deflagrar operações com a soltura de animais em cativeiro, bem como com a apreensão de armas de caça ilegal, no estado de Santa Catarina, exatamente fundados no episódio que v.exa. trouxe as imagens a público.

Acho que a Assembleia Legislativa precisa mesmo entrar nessa discussão do desarmamento, particularmente o que envolve questões ambientais.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Dentro dessa lógica, deputada Angela Albino, parabenizamos v.exa., pela iniciativa.

Queremos organizar e trazer o Wigold Bertoldo Schaeffer e a Miriam para participarem de uma audiência com o secretário da Segurança. E v.exa.

poderá acompanhar. Inclusive, levarei aos deputados da nossa bancada, para que os acompanhe até a secretaria da Segurança, para que seja feita uma análise mais crítica, mais ponderada, mais responsável disso.

No mais quero aqui me somar ao pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, da nossa bancada, ao falar no nosso governo, deputada Ana Paula Lima. Como disse o Lulinha, na hora em que o tomate estivesse enchendo o saco, não comeríamos mais tomates, porque até então o tomate era o grande vilão da inflação. E agora que a inflação está zero parece que os jornais se esqueceram disso tudo. E quando diziam que a inflação estava sem controle, que este país estava à bancarrota, que não havia mais controle, era o prenúncio e a pronúncia da oposição, da forma mais equivocada possível, sobre o pregar sempre o pessimismo, pregar sempre a incapacidade de reagir e combater essas questões.

Estive, esta semana, em um debate, na Associação Médica, para discutir temas como termos mais médicos. E estava lá o deputado Luiz Henrique Mandetta, do Democratas, do Mato Grosso, que fez um pronunciamento estritamente ideológico, dizendo que este país está perdido, que não tem mais solução, que este governo é um governo roto, expressão que usou.

Mas o que se vê é que o país continua gerando emprego, que o salário mínimo e a distribuição de renda estão aí claramente mostrados no Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, como foi apresentado agora.

Quanto a esse IDH apresentado, em que Santa Catarina aparece despontando como o melhor estado, gostaria de dizer que ainda temos que evoluir muito.

Os jornais colocam que é com relação à análise dos últimos 20 anos. Sim, a análise geográfica é dos últimos 20 anos, mas temos que ressaltar o que aconteceu nos últimos dez anos no IDH. Porque se continuássemos na lógica dos primeiros dez anos de análise, não teríamos tido esse salto de qualidade, que foi caracterizado pela distribuição

de renda, por ganho real da classe trabalhadora, por investimentos maciços na saúde, reduzindo mortalidade infantil, mortalidade materna, dando condição de longevidade para a população. E são tantos os indicadores de crescimento dos últimos dez anos que eu diria o seguinte: gritem à vontade, porque o cenário brasileiro não é um cenário de complexo de vira-lata, como dizia o jornalista, o cineasta, o escritor Nelson Rodrigues.

O nosso país vive um momento em que, mesmo com dificuldades a serem questionadas, ainda é um dos que mais crescem no globo terrestre atualmente, com um crescimento superior ao americano e que vem surpreendendo este ano.

Sr. presidente, quero deixar o registro que a estrela do partido que carregamos, do Partido dos Trabalhadores, orgulha-nos. E enquanto o nosso governo trabalha, a oposição vive reclamando, pregando pessimismo, porque o povo brasileiro é um povo otimista, um povo vencedor, guerreiro, um povo que supera as suas dificuldades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero hoje fazer referência a um fato que está acontecendo atualmente, fato importante, que está ocorrendo no Congresso Nacional.

Certamente, sr. presidente, sr. deputado Jailson Lima, isso é o resultado desse movimento das ruas, quando o povo foi às ruas para demonstrar sua insatisfação com os resultados que o governo está dando, seja na saúde, na segurança ou no transporte, em todos os setores, enfim, cada um quer dar uma mensagem. E cabe a nós, ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, interpretar o que se pode fazer para

melhorar e também transformar para que o resultado seja melhor.

O Orçamento da união, dos municípios e dos estados - e já disse isso em outras ocasiões - é uma fábrica de fazer mentirosos. É através do Orçamento que o deputado, lá no seu município, é cunhado, é marcado na palheta como mentiroso. Digo isso porque durante o ano ele vai aos municípios e reúne-se com os vereadores, a comunidade, os prefeitos e depois vai ao jornal e à rádio e diz que está conseguindo R\$ 200 mil para um hospital, R\$ 100 mil para uma associação, "x" de dinheiro para o prefeito. E ao chegar o ano seguinte, quando é para acontecer, nada daquilo acontece. Ora, se ele ouve o povo e diz que vai colocar no Orçamento, que vai fazer, e depois nada acontece, o que se chama isso?

Se olharmos as emendas dos parlamentares que são apresentadas ao Orçamento e analisarmos quantas são de fato executadas, veremos que beiram os 15%, 20% e dificilmente passa dos 30% o percentual das emendas apresentadas pelos deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores. É uma cena bonita quando elas são apresentadas, pois na hora se dá uma divulgação, mas lá adiante nada do que foi prometido acontece. E toda essa cerimônia é o que vai transformando os deputados, os vereadores, os senadores e os deputados federais nos grandes mentirosos deste país.

Conforme uma pesquisa feita na semana passada, a classe política é a mais desacreditada entre todas as categorias, justamente por essas mentiras frequentes e repetidas, e que não se vê a cura.

Mas quero aqui dar os meus cumprimentos especiais naturalmente primeiro a um conjunto de vozes que, como a minha, há muito tempo vem pedindo que o Orçamento dos estados, dos municípios e da união seja impositivo. Ontem o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, contrapondo um pedido especial da presidente; contrapondo um movimento dos líderes, principalmente dos líderes governistas, e naturalmente os líderes mais ligados à Presidência

da República... E eu mesmo sou testemunha de que quando fui deputado federal inúmeros deputados, hoje da base do governo, faziam um movimento para que o Orçamento fosse impositivo. Hoje eles, no governo, fazem exatamente o discurso contrário do que faziam há 10, 15, 20 anos. Eles são os mesmos, mas o discurso mudou frontalmente.

Ora, graças a esse apoio especial do presidente da Câmara, porque ele mesmo foi à comissão especial que foi designada para votar essa emenda que tramita no Congresso já há muito tempo, e que estava parada, amassada, justamente porque o Poder Executivo do momento não quer essa emenda aprovada... Por quê? Porque se ela for aprovada, como diz o próprio jornal a *Folha de S. Paulo*, a Presidência acabaria tendo outras despesas extras. Eu não sei o que se quer dizer com isso, mas imagino que essas outras despesas extras seriam para alguns momentos em que o Executivo federal precisasse apoiar algo polêmico. Se as emendas dos parlamentares forem de execução obrigatória, na hora de a Presidência mandar um projeto muito especial teria que liberar algo novamente, imagino. Mas não vejo por quê.

Então, esse movimento das ruas, que está exigindo uma velocidade melhor e melhores resultados, faz com que a pressão seja distribuída entre muitos e cada um venha a cobrar aquilo que é possível fazer.

O presidente da Câmara, responsável também por esse mau conceito, pela falta de credibilidade da classe política, certamente vestiu essa responsabilidade e foi para cima da comissão e pediu então que analisasse, votasse e desse o parecer. A comissão deu parecer favorável a essa emenda, tornando obrigatório o Orçamento Impositivo. Esse Orçamento são aquelas emendas que os deputados, durante o ano, combinaram com a população, com os vereadores, com os prefeitos, e apresentaram ao Orçamento, discutiram, fizeram uma porção de análise para caber dentro de um conjunto de normas, de regras que precisam ser respeitadas, mas que depois não são executadas, que ainda não estão sendo executadas.

Se hoje esse Orçamento fosse obrigatório, e olhando o que a Presidência acaba tendo que liberar para atender às pressões em determinadas situações, as manchetes dos jornais não seriam assim: "A Presidência da República libera dinheiro para deputados e senadores aprovarem tal emenda." E ainda vincula o que liberou para cada um. Ou seja, dá a impressão de que aquela emenda que a Presidência está liberando, que o Orçamento-Geral está liberando, é um recurso que foi diretamente ao deputado, que o deputado dispõe daquilo. Mas não é assim, porque aquilo já estava lá, já foi altamente discutido. Era um pedido do governador, um pedido do prefeito, que estava no Orçamento, que passou por uma porção de pré-requisitos, uma porção de análises. Mas como não é obrigatório atender, a Presidência vai executando todas as outras coisas e deixa aquela emenda para sacar na hora que precisar. Quando precisa do apoio, então diz que vai liberar, se for votado a favor ou contra, de acordo com o interesse.

Então, seguramente, com essa emenda aprovada, o parlamentar vai ganhar credibilidade e vai acabar com essa impressão que o povo tem de que para o deputado votar a favor ou contra um projeto da Presidência tem que liberar as suas emendas.

Parabéns ao deputado Henrique Alves, e conto com o apoio dos demais parlamentares para a aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A próxima oradora inscrita é a sra. Deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra.

Vamos implantar o Orçamento Impositivo também aqui em Santa Catarina, deputado Serafim Venzon.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, também gostaria de dialogar com a proposição do deputado Serafim Venzon, e considero muito saudável que um integrante destacado da base do governo se disponha a discutir o Orçamento Impositivo, que esta Casa, por um voto, é bom lembrar, perdeu a oportunidade para tornar impositivo.

Não falamos de emendas individuais, não dessas que deve causar arrepios a quem ouviu. Mas de emendas coletivamente construídas na comunidade, que é o nosso Orçamento Regionalizado.

Essas reuniões feitas sob a tutela, sob a batuta do deputado Gilmar Knaesel que ampliou a participação das pessoas no Orçamento Regionalizado, uma proposição do então deputado estadual Carlito Merss, mostraram que precisamos incorporar esse Orçamento.

Se o governo, como ontem fez na comissão de Constituição e Justiça, se dispõe a saudar essa iniciativa feita no Congresso Nacional, para emendas individuais, muito mais obrigação teremos aqui de aprovar o que já foi derrotado nesta Casa por um voto, que é ser impositivo o Orçamento Regionalizado, aprovado pela população nas reuniões da comissão de Finanças sobre o Orçamento Regionalizado.

É um bom momento, portanto, para discutirmos as subvenções sociais, que nesta Casa contemplam apenas e tão-somente integrantes da base do governo e que transformaram num instrumento republicano que são as emendas. Se no Congresso Nacional estão discutindo a imposição de emendas, estamos aqui na pré-história da democracia por não ter ouvido a população.

Então, quem saúda o movimento que está sendo feito na Câmara Federal precisa impulsionar aqui, para que tenhamos um fim às subvenções e que possamos finalmente ter as republicanas emendas e depois discutir, inclusive, se elas serão impositivas ou não.

Preparei-me hoje para tratar de dois temas que me chamaram particularmente a atenção. Um deles diz respeito a uma representação do Ministério Público, em que o juiz corregedor do sistema prisional de Joinville, João Marcos Buch, fez contrapropaganda do governo do estado, dizendo que Santa Catarina lidera o número de detentos ressocializados.

Quando vi essa propaganda, aliás, milionária e que não deixa dúvida sobre a qualidade, estranhei muito que Santa Catarina liderasse o número de

ressocializados, pois quando tivemos algumas audiências com a Frente Parlamentar de Combate à Violência, em uma delas fomos, inclusive, ao presídio de São Pedro de Alcântara. Naquele momento não conversamos com os detentos, porque era troca da chefia do presídio, mas os agentes prisionais que lá estavam diziam que a principal demanda dos presos era que pudesse ter trabalho lá dentro, vaga de trabalho dentro do presídio. Havia uma fila de espera enorme, pois eles querem trabalhar.

É bom lembrar que essa discussão foi naquele momento muito tensionado em que os presos acabaram se comunicando com a sociedade através de queima de ônibus e de vários outros atos que assustaram o estado de Santa Catarina. A grande queixa era que eles não tinham espaço para se ressocializar através do trabalho. Então, fica estranha essa propaganda do governo. Mas fico feliz que o juiz corregedor do sistema prisional de Joinville tenha entrado com essa representação, porque aí vamos lidar com alguém que conhece de fato o sistema, como é o caso do juiz corregedor.

Mais do que isso, quero lembrar aqui que a deputada Ana Paula Lima já havia proposto um projeto de lei que eu desconhecia. E por desconhecer, propus matéria semelhante que tratava da ressocialização de presos, que o governo do estado vetou e que, infelizmente, esta Casa manteve o veto. Se for o desejo, de fato, que tenhamos na ressocialização através do trabalho uma ferramenta de recuperação da violência, precisamos resgatar esses projetos e aprovar aqui para gastar menos em propaganda e em mais efetividade.

Quero também compartilhar com todos aqui que estamos aprovando hoje uma indicação à gerência regional da secretaria da União, de Santa Catarina, pedindo que instaure um procedimento administrativo para verificar possível irregularidade na demolição do imóvel, construído no século XIX e tombado pelo município, situado à Rua Henrique Valgas, n. 167, centro de Florianópolis.

Quem é da cidade sabe a falta que faz aquele patrimônio. Foi derrubado durante o final de semana, de forma ilícita, mas é uma perda irreparável. Assim, estamos pedindo que a gerência de Patrimônio da União em Santa Catarina, que é muito zelosa, possa instaurar inquérito administrativo.

Eu não podia deixar de usar a tribuna hoje para falar da minha alegria de termos alcançado as assinaturas necessárias para a proposição da CPI de Águas e Saneamento. Quero agradecer a cada um e cada uma dos parlamentares que assinaram essa nossa CPI. Até brincava com o deputado Jorge Teixeira, porque a ele coube a honra na história de ser a 14^a assinatura. Também as assinaturas que antecederam a do deputado Jorge Teixeira têm todo o meu agradecimento, mas obviamente o agradecimento é do povo catarinense.

Não queremos discutir o município "a" ou "b". Não queremos sequer discutir a questão do governo do estado. Ao contrário, queremos fortalecer um sistema solidário, que permita a todo o estado de Santa Catarina ter esse saneamento, através de uma instituição que tenha efetivamente capacidade de endividamento. E isso passa necessariamente por fortalecer a Casan.

Portanto, essa CPI, ao contrário do que alguns ventilaram, não só reforça esse espírito de solidariedade, não só reforça a nossa Casan, mas principalmente ajuda o governo do estado nessa tarefa, que é de todos nós, de superarmos esse índice histórico terrível que Santa Catarina tem, de só ter saneamento melhor do que o estado do Piauí, no Brasil inteiro.

Um estado de excelência, de qualidade de vida como é o nosso, não pode conviver com saneamento e água de forma tão precária como é hoje, obviamente não vendo inclusive esse debate sob um prisma da saúde pública, que é sabido por todos nós, ou seja, que a cada um dólar investido em saneamento economizamos quatro em saúde.

Portanto, ajudar o governo do estado, a Casan, a promover saneamento, através da sua capacidade de endividamento, mas principalmente para a

reunião dos grandes municípios, para de forma solidária possibilitar aos pequenos municípios ter saneamento, considero uma tarefa estratégica.

Essa CPI não pretende fazer caça às bruxas, ao contrário, queremos discutir sistema. E vamos partir de um ponto, essa é proposição que vou apresentar à CPI, que é comum a todos nós, que está para além de governo e Oposição, que são as relatorias e as auditorias do Tribunal de Contas do estado, que já fez auditorias em vários desses contratos da empresa Raiz, aqui, em Santa Catarina. É bom lembrar que numa delas o Tribunal de Contas fala da formação de um monopólio de água e saneamento por empresa privada em Santa Catarina, o que é um risco estratégico para nós.

Portanto, a Assembléia Legislativa tem que investigar isso. E os pareceres do Tribunal de Contas do estado alertam para várias vezes em que acontece o mesmo procedimento, de o município rescindir de forma unilateral o contrato. Sai do sistema da Casan, contrata emergencialmente, curiosamente sempre a mesma empresa, que é essa empresa Raiz que começou lá em Itapema e tem se espalhado pelo estado de Santa Catarina, e depois vai propondo editais de licitação impossíveis de serem aprovados pelo Tribunal de Contas.

Estou falando com base em documentos do Tribunal de Contas. Parece-me que esses são dois pontos de partida que podemos encampar na CPI. O primeiro deles são os municípios que, de forma unilateral, romperam com a Casan, estão *sub judici* nessa ruptura, e de outro horizonte são os relatórios do Tribunal de Contas, que já nos apontam caminhos, que já nos apontam situações graves aqui no estado.

Obviamente, que embora se diga que CPI se sabe onde começa, mas não se sabe onde termina, queremos fazer um trabalho muito concentrado, um trabalho que efetivamente nos ajude a pensar nesse sistema. Já temos as assinaturas necessárias, e quase outro tanto de bancadas inteiras vão assinar a nossa CPI. Inclusive, o deputado Reno Caramori nos ligou dizendo que a bancada do PP inteira vai assinar o nosso pedido de CPI.

Então, espero que a Casa inteira aprove essa CPI. Que essa não seja uma CPI de um lugar, que seja CPI da nossa Casa, que a Casa possa investigar água e saneamento, que a Casa possa dar nesse momento, que o estado de Santa Catarina assim como o Brasil inteiro pede, respostas mais contundentes do Poder Público. Que neste momento em que os Parlamentos estão em xeque, possamos dar essa resposta conjunta, os 40 parlamentares discutindo saneamento, água e de que forma faremos para contribuir, para que o estado inteiro tenha saneamento e água de qualidade.

Portanto, conclamo a todos os meus colegas parlamentares para que assinem essa CPI. Agradeço a todos que já assim o fizeram.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença de Silvana Ruschel e Marcos Lewe, comunicadores da Rádio 103 FM no oeste catarinense, um dos maiores sistemas de rádio do estado. Quero deixar o nosso abraço aos diretores, ao Fernando e ao Valmir, que estão aqui para o Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, da Acaert, onde serão premiados os melhores comunicadores do estado. E hoje à noite será feito o anúncio dos escolhidos.

Nós sabemos da grande capacidade do Marcos e da Silvana.

Parabéns ao Roberto, esposo da Silvana. E agradecemos a presença de vocês nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Digital, visitantes que nos

prestigiam na manhã de hoje, assomo à tribuna para fazer alguns registros importantes do trabalho deste parlamentar no sul de Santa Catarina.

Venho lutando há muito tempo para que o Hemosc se instale em Araranguá, para que possamos começar a trabalhar em termos de qualidade de saúde na região.

Há poucos dias tivemos a grata alegria de ter a confirmação de que o Hemosc irá para Araranguá. Essa é uma conquista da população e dos deputados do sul do estado, porque trabalhamos todos num só caminho, buscando os pleitos da região.

Houve uma audiência pública, através de um trabalho incansável realizado pela Assembleia Legislativa, no sentido de que fosse criado um curso de Medicina em Araranguá. E hoje temos o campus da universidade federal.

A reitora da Universidade esteve presente na audiência pública, bem como o prefeito Sandro Maciel, de Araranguá, o deputado Pedro Uczai e o deputado Jorge Boeira. Na ocasião, a reitora confirmou 30 vagas para o curso de Medicina em 2016 e mais 30 vagas em 2017.

Mexe com o nosso coração quando conseguimos dar um passo tão importante e fundamental. Precisamos oportunizar às pessoas não privilegiadas, que nasceram pobres, que passam dificuldades, poder participar efetivamente. E esses cursos de Medicina são importantes.

Essa foi uma conquista sem limite para o estado. É importante para Araranguá e toda a região. Apenas podemos dizer que estamos felizes, pois assim vamos preparando o sul para grandes embates e missões, podendo sair da condição de uma região carente, pobre, para uma região de respeito, que é a nossa luta neste Parlamento.

Vejo, nos últimos anos, a dificuldade de haver UTI neonatal, uma necessidade para as mães que ganham prematuros. Entramos em contato com as pessoas responsáveis em Lages, mas disseram que não há vagas. Em Florianópolis também não há mais vagas. Em Porto Alegre também há dificuldades nessa questão.

Como água mole em pedra dura tanto bate até que fura, para felicidade de todos nós, mas muito mais para as mulheres que aguardam por essa decisão para terem mais tranquilidade, além da UTI neonatal, temos dez leitos de UTI e ganhamos mais dez leitos. Então, vamos ter 20 leitos de UTIs no Hospital Regional de Araranguá, e toda região sul vai se beneficiar disso. Ainda vamos ter dificuldades, mas pelo menos haverá um pouco mais de conforto para a região.

Então, foi um ganho extraordinário para a região. Estamos vivendo um momento importante, porque os problemas estão sendo amenizados e estão acontecendo as melhorias. E tudo fruto de muito trabalho. Temos que fazer do Parlamento, que é a Casa do Povo, um instrumento para buscar resultados.

Meu caro presidente, depois de 29 anos de luta foi criada uma empresa chamada Sulcatur para poder realizar a Interpraias. E vejam que todos os anos eu faço questão de falar sobre a Interpraias.

Na semana passada, foi definido pelo governo do estado que a obra já está enquadrada e vai haver a licitação - são R\$ 50 milhões da Interpraias.

No governo de Luiz Henrique ganhamos R\$ 40 milhões e realizamos a obra de Laguna até Camacho, sendo que está quase pronta. Agora será de Passo de Torres em diante - e são R\$ 50 milhões.

A região que mais cresce é a Estrada do Mar, com investimentos do turismo. E agora vamos iniciar de lá para cá, sendo que a primeira etapa virá até Balneário Gaivota. Então, vai ser um investimento com retorno, já que os recursos que estamos conseguindo do BNDES, do Banco do Brasil, são importantes, com prazo longo, mas tem que pagar. É preciso fazer investimento onde tem retorno. E a Interpraias vai dar retorno real.

Vamos transformar a região numa grande indústria, a indústria do turismo, que gera emprego, que gera renda, que não tem fumaça, que não polui e que gera qualidade de vida para toda a população da região.

Então, é dentro desse aspecto que viemos trabalhando muito para buscar os resultados para uma região que precisa muito de ação e precisa muito do Parlamento que está unido em prol de resultados positivos. Por isso, os resultados estão aparecendo.

Então, essa definição da Interpraias é um fato real para desenvolver toda aquela região.

O governador perguntou se essa obra é tão importante assim. Agora, se derem quatro ou cinco dias, deputado Valmir Comin, para nós, os deputados, podermos nos reunir, colocaremos duas mil pessoas ligadas ao turismo no sul do estado para mostrar a importância e o potencial que é isso.

Assim, com a licitação na segunda-feira, já está enquadrada no BID a serra do Faxinal. E é apenas licitar. Estão rescindindo o contrato da outra empresa, e teremos a serra do Faxinal que irá ligar Gramado, Canela, Caxias do Sul, aquela região inteira. Então, se é importante para nós subir, é muito mais importante para eles descerem e irem para a praia.

Também a empresa está fazendo a medição da BR-285, que vai ligar Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Em todas as reuniões realizadas ao longo desses 29 anos, faltam 22 quilômetros definidos. E toda aquela soja virá do Rio Grande do Sul para o porto de Imbituba, e a cerâmica vermelha irá de volta para lá.

Então, é ganho real. É importante, fundamental e por isso, anteontem, estivemos na SCGás, pedindo a ampliação, porque o gás está em Araranguá, mas precisamos ampliar para a região manter o crescimento, o desenvolvimento. E também estamos marcando no ministério de Minas e Energia para garantir a vinda de mais gás para atender a toda a região do sul do estado. Esse é um caminho de luta de alguém que tem 30 anos de vida pública e não quer abandoná-la enquanto a nossa região não for tratada com respeito, porque ela contribui com o crescimento do estado catarinense.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, ouço v.exa. que tem sido também um lutador por essas questões e pelo sul. E sinto-me honrado por fazer parte desse time dos oito parlamentares que representam 20% o sul do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, parabênizo v.exa. pelo tema abordado.

Basta retroceder um pouco no tempo, buscar no mapa do desenvolvimento econômico do estado, para perceber que éramos a quarta economia, que, digamos, seja a cidade satélite do sul e que decrescemos para 12ª posição por conta da falta de segurança jurídica, investimento na infraestrutura e, principalmente, pela amputação do trecho sul da BR-101, quando liberado de Palhoça até a divisa com o Paraná.

É evidente que cada investidor, quando procura o mapa de desenvolvimento econômico, vai se situar numa condição de ter acesso, mobilidade, aeroporto, porto, rodovias, água e energia. E quanto a isso ficamos relegados a segundo plano, idêntico praticamente ao planalto serrano, que são as duas regiões mais deprimidas do estado de Santa Catarina.

Mas penso que estamos vivendo um novo momento de expectativa. O governo tem procurado e está fazendo a sua parte. Essa movimentação das associações comerciais e industriais, integradas com a classe política, é uma pauta de responsabilidades e crescimento do resgate dentro de uma unidade suprapartidária. Evidentemente, resgatar essa condição de crescimento, não que o sul não tenha crescido, tem crescido sim, mas muito distante de outras regiões do estado, principalmente se equiparar com o norte catarinense.

Por essa razão parabênizo v.exa., mas penso que estamos no rumo, no caminho certo para realmente promovermos o desenvolvimento dessa região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Valmir Comin e incorporo o seu

pronunciamento ao meu, porque essa é uma das discussões muito importantes.

Temos hoje uma luta incansável, pois ainda respondo aos meus processos na Polícia Federal, em razão da BR-101, mas temos que registrar que a ponte da Cabeçuda está indo a todo vapor, assim como o morro do Formigão, em Tubarão.

Então o sul, o porto, o aeroporto e a BR-101 estão enquadrados num crescimento. Estamos trabalhando para que possamos reverter esse processo.

O norte do estado recebeu ao longo do tempo muitos investimentos. O sul do estado sempre foi uma região reprimida, porque uns parlamentares puxavam para cá e outros puxavam para lá. Mas depois de alguns anos mudamos esse caminho. Estamos no caminho da unidade pelo desenvolvimento da região.

Por isso, a população pode aguardar que as respostas positivas vão aparecer a cada instante, porque é isso que a população espera de um parlamentar. Ela vota em um parlamentar para buscar os resultados. E trabalhamos em cima de resultados, para que a nossa região seja uma região respeitável, uma região que sabe valorizar e sabe o potencial que tem. E o que estamos fazendo é colocar isso em prática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente quero registrar a presença do ex-prefeito do município de Castelo Branco, sr. Ademir Mioto, que atualmente ocupa o cargo de secretário de Finanças e Administração deste município. Ele está tratando de interesses do município nesta Capital e está acompanhado do Adelan Mioto, seu filho, e da Ana Cláudia Bedin. Inclusive, o Adelan é um dos indicados ao Prêmio da Acaert.

Quero parabenizá-lo e cumprimentar os ilustres representantes e visitantes, especialmente na pessoa do ex-prefeito Ademir Mioto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, meu líder deputado Valmir Comin, neste horário dos Partidos Políticos vou falar em economia, porque faz parte da política de produtividade da nossa região. E aqui prestarei contas de alguns pleitos que ocorreram em nossa região.

Trago aqui um resumo da Pampa Arremates, a empresa que promove os leilões. E temos a honra de mais uma vez fazer um registro nesta Casa das duas Cabanhas que em comum têm apresentado e comercializado gado bovino e equino em nossa região.

(Passa a ler.)

"A Cabanha Palhoza de Abelardo Luz vendeu neste último leilão 18 animais, com uma média de R\$8.213, perfazendo um total de 147.840 o movimento de touros com genética de primeiro mundo PO. E da mesma forma venderam 14 novilhas, com uma média de R\$3.000.00., tendo 41.922 o movimento.

Da mesma forma a Fazenda Santa Lúcia, de Água Doce, propriedade do sr. Marcus Gonzatto, comercializou 17 touros, com uma média de R\$ 6.832,94 mil por cabeça, touros de uma genética muito apurada, satisfazendo às necessidades dos criadores de Santa Catarina e Paraná, que compareceram ao leilão para comprar esses exemplares. Também vendeu três fêmeas prenhas, no valor médio de R\$ 5.090,00 mil por cabeça. Essa fazenda teve o movimento de R\$ 131.280,00 mil, isto num sábado à tarde. Então, aí está a prova da qualidade dos produtos que foram comercializados.

O leilão teve um faturamento total de R\$ 321.042,00 mil. Por esses dados dá para ver o

quanto é importante prestigiarmos e fazermos esse registro das cabanhas da nossa região.

A Cabanha Pampa Remates também encaminhou o 4º Leilão Volta Grande, quando foram vendidos cavalos quarto de milha, as raças bovinas Holandesa, Charolês, Simental, Hereford, Brahaman e o famoso Angus que está hoje em evidência.

E vejam que o meu amigo Henrique Rumpf vendeu 18 potros e potrancas, faturando um total de R\$ 203.760,00 mil, deputado Neodi Sareta.

O Henrique Rumpf ainda vendeu cinco fêmeas prenhas, numa média de R\$ 6.916,00 mil por cabeça da raça Holandesa. E da raça Charolês vendeu quatro cabeças a R\$ 6.370,00 mil. Então, os produtores que entendem dessas raças sabem o quanto é importante melhorar a qualidade da raça na sua propriedade.

Da raça Simental, o Henrique Rumpf vendeu duas fêmeas e três touros, na média de R\$ 5.516,00 mil. Da raça Hereford vendeu fêmeas e touros, em torno de sete animais, numa média de R\$ 6.620,00 mil por cabeça. Da raça Angus, o xodó dos nossos pecuaristas, vendeu 11 cabeças, na média de R\$ 6.567,00 mil. Da raça Brahaman, uma raça já conhecida, de renome nacional, vendeu quatro exemplares, no valor de R\$ 4.795,00 mil a cabeça.

Esse leilão deu um total expressivo, principalmente por ser um sábado à tarde, dia 27 de julho, de R\$ 429.160,00, com a venda de 54 exemplares. Então, dá para ver o quanto é importante mantermos nas fazendas uma genética apurada, que os nossos criadores exigem no dia de hoje para melhorar o amanhã.

Nós teremos também em agosto, na Fazenda Renascença, no município de Vargem, de propriedade do sr. Nelson Antônio Serpa, o 4º Remate Destaque de Angus. São 40 touros PO e mais dez novilhos PO, registrados, com uma genética muito apurada, que hoje vem se destacando em Santa Catarina."

Sra. deputada e srs. deputados, Santa Catarina é um estado pequeno, de pouca área para grandes criações de bovinos, mas temos uma grande genética. Nas nossas cabanhas, com os seus laboratórios, com a sua tecnologia apurada, com o

acompanhamento dos médicos veterinários, faz-se, hoje, transplante de embrião. A melhoria da genética, hoje, é muito grande, porque a exigência dos nossos criadores também é grande.

Por isso, teremos, no dia 10, mais um leilão na nossa região para melhorar cada vez mais a produtividade da pecuária catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, quero apenas comunicar e lamentar o falecimento, nesta madrugada, do empresário Estélio Beckhauser, do município de Tubarão. Ele é fundador das empresas Beckhauser e um empreendedor que iniciou as suas atividades empresariais no município de Tubarão, espraiando-a para outros municípios do sul de Santa Catarina. Perde muito a cidade e a região sul com o passamento precoce do sr. Estélio Beckhauser.

É profundamente lamentável o seu passamento. Então, queremos, e temos certeza que falamos em nome de todos os parlamentares, manifestar à família a nossa solidariedade pelo passamento do sr. Estélio Beckhauser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A nossa solidariedade, também, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, que falará em nome da bancada da presidente da República, Dilma Rousseff.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão com muito orgulho, realmente, do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff e do

nosso presidente Lula, que fizeram as mudanças significativas no nosso país.

Muito bom-dia aos deputados, às deputadas, ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Trago uma boa notícia. Hoje o DNIT faz as licitações para mais um trecho das obras da BRs-470 e 280. Esse é o terceiro trecho, deputado Jailson Lima, e v.exa. sempre está acompanhando os trabalhos da duplicação da BR-470.

Então, hoje, o DNIT vai abrir mais essas licitações para a contratação de empreiteiras ou de consórcios que vão executar os dois últimos trechos de duas importantes estradas federais.

A BR-470 é muito importante para o estado de Santa Catarina, principalmente para nós, que moramos no médio vale do Itajaí. É uma via que escoia toda a economia da produção do oeste de Santa Catarina para os aeroportos e portos que ficam no litoral, bem como é uma via de turismo e para o trânsito das pessoas que moram em torno dessa importante rodovia. E, infelizmente, a todo o momento também temos nela muitas vítimas.

Então, este é um ano no qual temos o que comemorar, e espero que essas obras comecem logo para a felicidade de todos os catarinenses.

A BR-280 é uma BR importante também na região norte do nosso estado, em Jaraguá do Sul e Guarapirima, sendo que há muito tempo está sendo esperada pelo povo catarinense. E hoje no DNIT será aberto mais um lote para a licitação.

O que me traz à tribuna no horário dos Partidos Políticos é um assunto que vem sendo destacado pela mídia, e também, mais uma vez, da semana passada para cá, que é a questão da saúde.

Hoje, nesse momento, os deputados Volnei Morastoni e Sargento Amauri Soares - e eu não pude acompanhar porque ia falar no horário dos Partidos Políticos -, fazem uma visita no Hospital Regional de São José devido a grandes denúncias que têm acontecido naquele hospital.

Hoje, o deputado Volnei Morastoni, que é presidente da comissão de Saúde, está lá, verificando o que está acontecendo nos

atendimentos das pessoas, no Hospital São José, aqui, na Grande Florianópolis, e certamente trará novidades na próxima semana.

Ontem, também, 70% dos trabalhadores aderiram à greve, por 24 horas, no Hospital Regional, no município de Araranguá, devido à principal reivindicação daqueles servidores, contra o assédio moral que os trabalhadores estão sofrendo, um tipo de ameaça. Já fizeram a denúncia no sindicato e cobram ainda o cumprimento dos direitos trabalhistas retirados por essa entidade que está administrando aquele hospital, a SPDM.

Foram tirados os 40% da insalubridade para os funcionários que trabalham na radiologia. E temos ainda as 15 demissões sem justa causa.

Também, a equipe de enfermagem do Hospital Regional de Araranguá informa que a entidade que está administrando o hospital está usando os recursos públicos para a contratação de seguranças, deixando, então, de utilizar os recursos para o bom atendimento das pessoas que necessitam de tratamento na área da saúde. A saúde realmente é um problema.

Estivemos ontem com a secretária Tânia. Graças a Deus mudou a administração daquela secretaria de estado da Saúde. Espero que haja condições melhores para o atendimento dessa demanda tão reivindicada pelo povo catarinense.

Também não posso deixar, srs. parlamentares, de fazer alguns questionamentos que a imprensa vem fazendo. De quem é a responsabilidade em relação à situação das condições de atendimento da nossa população, através do serviço de atendimento móvel de urgência no estado de Santa Catarina? E várias vezes, vários parlamentares subiram a esta tribuna denunciando esse serviço.

A responsabilidade, povo catarinense, é do governo do estado de Santa Catarina. E começo com esse questionamento, porque o caos está instalado no Samu, colocando em risco a vida da nossa população que, a todo o momento, precisa ter uma resposta. E tem que ser uma resposta urgente, porque estamos tratando de vida.

No nosso gabinete, aqui na Assembleia Legislativa e em vários municípios que tenho visitado as denúncias chegam a todo o momento sobre o funcionamento desse serviço. E existe a preocupação tanto de pacientes quanto de familiares.

Também somos procurados pelos funcionários que trabalham no Samu, profissionais responsáveis e éticos, que tem um compromisso com uma boa assistência à saúde do povo catarinense. Eles não aceitam, por exemplo, o descaso por parte das autoridades do governo. E a situação ficou tão crítica que, nas últimas semanas, a imprensa já está mostrando novamente como está sendo o atendimento através do SAMU, o quadro desses atendimentos e as consequências desse serviço. Realmente é um quadro desolador.

Além da imprensa, inconformados e pedindo respeito, os usuários desse serviço também registram com as suas próprias câmeras, através dos celulares, ou através de câmeras fotográficas, os flagrantes de despreparo, negligência, com a saúde da nossa população.

Para que os senhores, as senhoras e o público catarinense entendam isso, tenham conhecimento disso, dessas denúncias, apresento um vídeo que foi uma matéria de reportagem que alguns puderam assistir, outros não. Por isso trago novamente esse vídeo para que vocês possam acompanhar o problema que está acontecendo no Samu de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A situação é grave, srs. parlamentares! Isso foi uma matéria de reportagem na última semana, mas a todo o momento funcionários do Samu vêm fazer as denúncias, e o Ministério Público já está há um ano fazendo essas denúncias.

Aconteceu um caso grave em Itajaí, onde morreu um jovem de 30 anos. E isso acontece a todo instante. Pena que ainda não temos todas essas denúncias gravadas, do que tem acontecido nessa empresa que presta serviço para o estado de Santa Catarina.

O estado privatizou o atendimento de urgência e emergência no estado de Santa Catarina. E no hospital de Araranguá a greve dos funcionários, de ontem, foi por isso.

Há uma economia da iniciativa privada? Economizar onde? No atendimento à nossa população, porque eles têm que cumprir metas, e as metas são na economia do atendimento à nossa população.

Por isso, srs. deputados, protocolei na comissão de Saúde, para que a secretária de Saúde e essa empresa também venham prestar contas a este Parlamento sobre o que está acontecendo no atendimento à nossa população, no que diz ao Samu e também ao hospital de Araranguá.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero reiterar o meu registro de saudação ao Marcos, da equipe do Sistema 103. E sabemos a capacidade, a liderança, o dinamismo desses jovens e que a escolha não foi por acaso, foi por merecimento. Já estão brindados com o reconhecimento do povo de Santa Catarina.

Quero saudar também a comitiva de Tijucas, o vereador Edison Souza, que com os nossos amigos de Tijucas está nos visitando. Quero saudar também o nosso amigo Olímpio Mallmann, de São Miguel d'Oeste, que também está nos visitando.

Ouvi atentamente o discurso da deputada Ana Paula Lima sobre o caos na Saúde. Todos nós reconhecemos que a Saúde tem que melhorar. O governo federal está buscando formas alternativas tentando fazer até milagres na questão da falta de médicos, pois o país já está há doze anos com o governo do PT, e agora é que a população demonstrou seu descontentamento, é que se buscam alternativas milagrosas, quando na verdade temos que buscar alternativas planejadas, discutindo com a sociedade.

Então, nem sempre o serviço público prestado pelo próprio estado é tão eficiente quanto o prestado pela iniciativa privada. E temos grandes exemplos sobre essa questão. O próprio partido da presidente, que era contra as privatizações, é o partido que privatizou as rodovias no nosso país.

Nós tivemos aqui grandes movimentos para não privatizar a SC-401. E depois, quem fez o movimento para não privatizá-la privatizou as rodovias federais. Estão privatizando os aeroportos; estão privatizando, reformando, gastando milhões nos estádios e também entregando esses investimentos para a iniciativa privada.

Então, entendemos que tem que ter melhorias, mas nem sempre a passagem de alguma atividade para a iniciativa privada significa prejuízo ao cidadão. Tem que se buscar a melhor qualidade da prestação de serviço para o cidadão.

Eu li hoje a coluna do jornalista Moacir Pereira, que diz que o DNIT licita as BRs 470 e 280. Eu acho que é milésima vez que alguém lê que o DNIT está licitando rodovias. Mas precisamos de ação e não de licitação. A população precisa de inauguração dessas rodovias. E aqui até temos um exemplo de que algumas vezes o serviço público é prejudicado. O próprio diretor diz que o DNIT está em greve, mas ele implorou, e os funcionários com boa vontade resolveram não prejudicar o andamento e fazer uma parte do trabalho, para que essas licitações possam ser realizadas. Isso é o fim do mundo. Como diria o jornalista Bóris Casoy: "Isso é uma vergonha".

Então, fala aqui o jornalista Moacir Pereira.

(Passa a ler.)

"Expectativa no vale do Itajaí, no planalto norte, em todas as principais cidades catarinenses que dependem da duplicação da BR-470 e da BR-280. Serão realizadas hoje na sede do DNIT, em Florianópolis, as licitações para a contratação das empreiteiras ou consórcios que executarão os dois últimos trechos das duas importantes estradas federais em Santa Catarina.

Pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC) serão conhecidos ainda hoje os concorrentes e suas propostas para a duplicação do lote 1 da BR-470, trecho entre Navegantes e a BR-101, e também o lote 1 da BR-280.

Entre São Francisco do Sul e a BR-101 tem três lotes. Os outros dois lotes já estão com a concorrência concluída. Está faltando a licença de instalação para que o governo assine os contratos.

A BR-470 tem uma situação mais complicada. A duplicação ali está mais atrasada, apesar de dois trechos contratados e com ordens de serviço recentemente emitidas pelo ministério dos Transportes.

O lote 2, entre a BR-101 e Gaspar, não teve nem licitação lançada pelo DNIT. E a previsão é de que o edital saia em setembro."

Esse lote é importante. E não só o vale do Itajaí, mas todo o estado de Santa Catarina depende desse espaço. Mas não houve nem a licitação lançada pelo DNIT.

"O superintendente do DNIT, em Santa Catarina, engenheiro João José dos Santos, faz questão de destacar o esforço dos servidores. Mesmo em greve nacional, eles cumprem decisão judicial de manter 50% das atividades sem interrupção. 'Compreenderam que não é mais possível atrasar as licitações no estado', afirma o superintendente.

Sobre o trecho sul da BR-101, os prazos de conclusão de pavimentação continuam previstos para maio de 2015. Os dois túneis do Morro dos Cavalos dependem da Funai e do Ibama. Licitações? Só consultando um oráculo."

Realmente, vemos todos os dias falarem das obras públicas. Vem ministro, superintendente,

assinam o contrato, e quem mora lá no interior fica imaginando que aquela obra já está em andamento ou concluída. Quer dizer, assina-se o contrato, mas não há autorização para o serviço. Então, nem sempre o serviço público prestado pelo ente público é mais eficiente, rápido ou atente à necessidade do cidadão. Muitas vezes a terceirização com responsabilidade e acompanhamento é interessante. O governo pode, se não houver o cumprimento, interromper o contrato e multar.

Queremos destacar o esforço que o governador Raimundo Colombo tem feito e os resultados que aos poucos começam a aparecer em algumas áreas, principalmente na questão da saúde.

E ao citar a questão do serviço público e privatizado, quero aproveitar para homenagear o Rogério Rosa, proprietário da Embraed, uma empresa que iniciou em Camboriú, em 1984, um exemplo da atuação da iniciativa privada.

A Embraed, do amigo Rogério Rosa e do seu irmão Roberto Rosa, pessoas que nós admiramos pela luta, determinação e competência, iniciou suas atividades em 1984. E agora no mês que passou a empresa entregou o maior edifício de apartamentos do país, com 46 andares, no município de Balneário Camboriú, e projeta um maior, com 86 andares, também no município de Camboriú. Enfim, são vários empreendimentos da Embraed, que eu faço questão de registrar, porque muitas vezes o trabalho passa despercebido. E temos que reconhecer esses empresários que muito fazem pelo nosso estado, pelo nosso país.

Destaco que temos atividades essenciais, como saúde, educação, segurança pública, em que o estado tem que atuar com firmeza. E algumas atividades, com o devido acompanhamento, podem ser e devem ser terceirizadas.

Vimos que o Brasil mudou muito quando saiu e abriu as ações, os trabalhos e a prestação de serviço para empresas particulares, em várias áreas. Essa mudança começou no Collor, abrindo o nosso país para a indústria automobilística mundial. Mas principalmente com o presidente

Fernando Henrique Cardoso começaram as grandes mudanças que o Brasil enfrentou. Depois, com o presidente Lula, continuando com a presidente Dilma Rousseff, muitos desses projetos foram encampados, porque viram a sua importância.

Privatizaram ou transferiram para a iniciativa privada várias obras, os aeroportos, os estádios da Copa do Mundo. Ressaltando que as obras mais baratas da Copa do Mundo são aquelas efetivamente em estádios como do Internacional, clubes de futebol. O estádio de Brasília, o Mané Garrincha, acho que foi a obra mais cara, cerca de R\$ 1,6 bilhão, com capacidade para 70 mil torcedores, num distrito, num estado onde a média de público em um campeonato é de três mil torcedores. Então, depois de utilizar para três jogos da Copa do Mundo, infelizmente, vamos ter o maior exemplo da incompetência administrativa na capital federal, que vai ser um estádio com capacidade para 70 mil pessoas que vai ficar abandonado.

É por isso que entendemos a movimentação das ruas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0194/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, e 0361/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0101/2013.

Igualmente comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0207/2013, 0213/2013, 0220/2013, 0223/2013, 0225/2013, 0254/2013 e 0299/2013, todos encaminhando documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública.

A Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0488/2013 e 0490/2013, de autoria da deputada Angela Albino; e 0489/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0824/2013, 0825/2013, 0826/2013, 0827/2013, 0828/2013, 0829/2013, 0830/2013, 0831/2013, 0832/2013 e 0833/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0835/2013, de autoria da bancada do PT; 0836/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0834/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita ao presidente da Santur informações sobre o porquê de os municípios de Piratuba e Itá não integrarem o conteúdo dos filmes de promoção turística veiculados nas redes de TV, sob o *slogan* "Isso tudo é Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0078/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente da comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, repúdio às agressões praticadas por caçador contra Wigold B. Schaffer, Miriam Prochnow e sua filha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0079/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações acerca das ações do governo do estado no sentido de coibir poluição sonora e perturbações geradas por som automotivo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre o porquê de os municípios de Piratuba e Itá não integrarem o conteúdo dos filmes de promoção turística que estão sendo veiculados nas redes de TV, sob o slogan "Isso tudo é Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar, com muita alegria, a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, César Farias, que nos está visitando. Também o parabênzo pelo trabalho como vereador e como presidente da Câmara.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os oradores que estão inscritos não estão presentes.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Fecomércio, pela passagem dos seus 65 anos de fundação.

Está encerrada a presente sessão.